



## Estatutos Sociais da

### **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM LEONOR, VILA SÔNIA, MORUMBI E ADJACÊNCIAS – AME MORUMBI**

#### **CAPÍTULO I**

#### **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO, FINALIDADE,**

**Art. 1º** - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM LEONOR, VILA SÔNIA, MORUMBI E ADJACÊNCIAS – AME MORUMBI, nome fantasia AME MORUMBI é uma Associação civil de direito privado, de caráter organizacional, filantrópico, assistencial, promocional, recreativo e educacional, sem cunho político ou partidário, de defesa dos interesses sociais, independente de classe social, nacionalidade, sexo, raça, cor ou crença religiosa.

**Parágrafo único** - No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, bem como, os valores da ética, paz, cidadania, democracia e dos direitos humanos, dentre outros valores universais.

**Art. 2º** - Possui sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Rua José Maria Whitaker, nº 537, Jardim Leonor, CEP 05622-001.

**Parágrafo único** - Sua atuação abrange em especial, mas não exclusivamente, os bairros compreendidos pelo Morumbi, Jardim Leonor, Vila Inah, Vila Sônia e Butantã.

**Art. 3º** - A Associação terá prazo de vigência indeterminado.

**Art. 4º** - A ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM LEONOR, VILA SÔNIA, MORUMBI E ADJACÊNCIAS – AME MORUMBI, dentro da área de atuação, tem por objetivo:

- I) O desenvolvimento de projetos, parcerias, atividades e ações visando a preservação e interesses dos bairros;
- II) Ações e estudos para melhoria da segurança e da qualidade de vida dos moradores, usuários e frequentadores;
- III) Estímulo ao exercício da cidadania e da solidariedade, organizando a participação comunitária em ações de natureza local;

- IV) Atuação e representação junto ao Poder Público, entidades públicas, privadas, Poder Judiciário, moradores e demais interessados, buscando solucionar problemas que afetam a comunidade, incluindo a atuação judicial com a finalidade de promover representação junto aos órgãos competentes, mover ação judicial, acompanhar como autor ou assistente em ações de interesse convergente à **Associação**;
- V) Implementação, Promoção e apoio de ações, atividades, estudos, pesquisas, projetos, parcerias e programas relacionados ao objeto social da **Associação**, abordando temas afins à segurança pública e privada, com o intuito de sensibilizar e mobilizar a sociedade para a importância da participação nos assuntos da comunidade local.
- VI) Promover e estimular o voluntariado.



## **CAPITULO II**

### **DO PATRIMÔNIO e FONTE DE RECURSOS**

**Art. 5º** - O patrimônio da **Associação** será constituído de bens móveis, imóveis, títulos, valores e direitos pertencentes à **Associação**.

**Parágrafo único** - O patrimônio e as receitas destinam-se a manter a **Associação**, dando-lhe suporte técnico e financeiro.

**Art. 6º** - Constituem receitas da **Associação**:

- I) Doações, legados, auxílios, subvenções, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas naturais ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, sejam associadas ou não;
- II) Contribuições associativas;
- III) Rendas patrimoniais e eventuais;
- IV) Recursos decorrentes de aplicação financeira;
- V) Resultados de campanhas financeiras.
- VI) Quaisquer outros bens, recursos e direitos que lhe sejam legalmente atribuídos.

**Parágrafo único** - Os bens móveis e imóveis poderão ser alienados mediante prévia autorização de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para este fim, devendo o valor apurado ser integralmente aplicado no desenvolvimento das atividades sociais ou no aumento do patrimônio social da **Associação**.

**Art. 7º** - No caso de dissolução da **Associação**, a qualquer tempo, uma vez constatada a impossibilidade de sua sobrevivência, face à impossibilidade da manutenção de seus objetivos sociais ou de desvirtuamento de suas finalidades sociais ou, ainda, por carência de recursos financeiros e humanos, mediante deliberação de Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para

este fim, composta de associados contribuintes em dia com suas obrigações sociais, a dissolução será aprovada com o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos associados, em primeira chamada, ou em segunda chamada, 30 minutos após a primeira, com a aprovação de 2/3 dos associados presentes; o seu patrimônio será entregue a uma instituição similar, autorizada e eleita pela Assembleia.

### **CAPITULO III**

#### **DA ADMISSÃO DE ASSOCIADOS E SUA CLASSIFICAÇÃO**

**Art. 8º** - Poderão associar à **Associação** as pessoas físicas maiores de 18 anos ou jurídicas que concordarem com as disposições contidas no presente Estatuto, mediante adesão à proposta de admissão.

**Art. 9º** - Os associados classificam-se nas seguintes categorias:

- I) FUNDADORES – os que assinaram a ata de constituição da **Associação**,
- II) BENEMÉRITOS – Os que tenham prestado ou que venham a prestar relevantes serviços à **Associação**, bem como os que tenham efetuado doações em bens ou direitos que revertam em benefício da mesma; e,
- III) CONTRIBUINTES – As pessoas físicas ou jurídicas de qualquer forma ligadas às atividades da **Associação**, devidamente representadas por elemento indicado oficialmente e que se comprometam a pagar mensalmente a contribuição associativa.

**Art. 10º** - A qualidade dos Associados Fundadores ou Beneméritos constante deste Estatuto somente será concedida por proposta da Diretoria e aprovação da Assembleia Geral, ficando seu titular com a possibilidade de isenção de contribuição pecuniária.

**Art. 11º** - Os associados não responderão solidária ou subsidiariamente pelas obrigações ou compromissos assumidos pela **Associação**.

#### **DA EXCLUSÃO, DA PENALIDADE E READMISSÃO DOS ASSOCIADOS**

**Art. 12º** - Será excluído do quadro de associados aquele que:

- I) Praticar atos contrários aos objetivos da **Associação**;
- II) Descumprir normas e obrigações estatutárias;
- III) Inadimplir o pagamento das contribuições associativas pelo período de 3 (três) parcelas consecutivas.

**§ 1º** - A decisão de exclusão efetivar-se-á por deliberação fundamentada da Diretoria.



§ 2º -Da decisão que decretar a exclusão, caberá recurso à Assembleia Geral, especialmente convocada para este fim, no prazo de quinze dias, a contar da data da ciência da decisão de exclusão ao associado.

§ 3º - O associado excluído por falta de pagamento poderá ser readmitido mediante o pagamento de seu débito total junto a tesouraria da **Associação**.

#### **CAPITULO IV**

##### **DAS MENSALIDADES E CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 13º** - Os Associados Contribuintes estão sujeitos ao pagamento de mensalidade, obedecidos aos valores mínimos por categoria que serão fixados em Assembleia Geral.

**Art. 14º** - Os Associados Fundadores e Beneméritos não estão sujeitos a obrigatoriedade do pagamento de mensalidade, ficando a eles facultado o direito de efetivar qualquer contribuição ou doação à **Associação**.

#### **CAPITULO V**

##### **DOS DEVERES E DIREITOS DOS ASSOCIADOS**

**Art. 15º** - São deveres dos associados:

- I) Cumprir e zelar pelo cumprimento do presente Estatuto, colaborando na execução dos objetivos da **Associação**;
- II) Acatar as decisões da Assembleia Geral e da Diretoria;
- III) Cooperar e oferecer apoio à **Associação** de acordo com as possibilidades de cada associado;
- IV) Pagar pontualmente as contribuições associativas.

**Parágrafo único** - Os Associados Fundadores e Beneméritos não estão sujeitos ao estipulado no item "IV" do presente artigo.

**Art. 16º** - São direitos dos associados:

- I) Participar das Assembleias Gerais;
- II) Fazer proposições, votar e ser votado, desde que observado o disposto neste Estatuto;
- III) Convocar Assembleia Geral Extraordinária, obedecido o disposto no art. 60 do Código Civil (1/5 dos associados);
- IV) Recorrer à Assembleia Geral contra atos contrários a este Estatuto;
- V) Solicitar demissão ou desligamento voluntário, caso assim deseje, nos termos do inciso XX do artigo 5º. a Constituição Federal.

#### **CAPITULO VI**

##### **DOS ÓRGÃOS DA ASSOCIAÇÃO**



A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page. It appears to be a cursive or stylized signature.

**Art. 17º - São órgãos da Associação:**

- I) Assembleia Geral;
- II) Diretoria Colegiada;
- III) Conselho Fiscal.

**§ 1º.** O mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal será de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução para a mesma função.

**§ 2º.** Os associados que participem da Assembleia Geral, da Diretoria e do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob qualquer forma.

**CAPÍTULO VII**  
**DA ASSEMBLEIA GERAL**



**Art. 18º** - A Assembleia Geral é o órgão máximo e soberano da Associação e será constituída pelos seus associados em pleno gozo de seus direitos sociais. Reunir-se-á uma vez ao ano para tomar conhecimento das ações da Diretoria Colegiada e extraordinariamente, quando convocada.

**Art. 19º** - A Assembleia Geral será convocada com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias pelo Presidente ou pelos associados, ficando garantido a 1/5 dos associados o direito de promover a convocação (conforme artigo 60 do Código Civil), mediante carta protocolada, fax ou telegrama ou email e afixação de Edital na Secretaria da Associação, devendo neles constar a pauta dos assuntos objeto de deliberação.

**Art. 20º** - A Assembleia Geral ordinária ou extraordinária realizar-se-á, em primeira convocação, com a presença de 50% dos associados; em segunda convocação, trinta minutos após a primeira, com qualquer número, deliberando pela maioria simples dos votos dos associados presentes, podendo tomar decisões sobre:

- I) aprovar a previsão orçamentária e prestação de contas, após apreciação pelo Conselho Fiscal,
- II) estabelecer o valor das mensalidades dos associados;
- III) eleger, a cada 02 (dois) anos, por voto direto, a Diretoria Colegiada e o Conselho Fiscal, que tomarão posse no prazo máximo de trinta dias após as eleições;
- IV) destituir a Diretoria;
- V) autorizar a alienação, venda ou permuta de bens imóveis;
- VI) Alterar no todo ou em parte o presente estatuto social;
- VII) decidir sobre a exclusão de associado do quadro social em grau de recurso;
- VIII) decidir em última instância sobre todo e qualquer assunto de interesse social, bem como sobre os casos omissos no presente estatuto.

A handwritten signature in blue ink is located at the bottom right of the page, next to the final paragraph of Article 20º.

**Art. 21º** - A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente; na falta deste, por um dos Diretores e na ausência dos membros da Diretoria, pelo associado que, por maioria dos votos, for escolhido pelos presentes.

**Art. 22º** - As decisões da Assembleia Geral relativamente aos temas convocados serão tomadas, em primeira chamada, pela maioria de votos dos associados; em segunda chamada, pela maioria simples dos votos dos associados presentes, sendo certo que cada associado terá direito a um voto. A Assembleia Geral e decisões serão registradas em ata lavrada em livro próprio.



**CAPÍTULO VIII**  
**DA DIRETORIA COLEGIADA**

**Art. 23º** - A Diretoria será eleita pela Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida a recondução e compõe-se de:

- I) Diretor Presidente;
- II) Três Diretores sem denominação;
- III) Secretário.

**§ 1º.** Os membros da Diretoria não serão remunerados pela **Associação**.

**§ 2º.** A Diretoria, para execução das funções administrativas, poderá contratar um gestor administrativo, mediante remuneração adequada aos padrões de mercado, que não será membro da Assembleia Geral ou da Diretoria e não terá direito a voto ou a ser votado.

**§ 3º.** Em caso de renúncia, será feita a substituição do seu cargo pelo seu suplente. Em caso de renúncia coletiva da Diretoria, o PRESIDENTE ainda que resignatário, convocará novas eleições, dentro de 30 (trinta) dias da data da renúncia.

**Art. 24º** - A Diretoria reunir-se-á por convocação do Diretor Presidente, sempre que necessário ou conveniente ao andamento das atividades da **Associação**.

**§ 1º.** Serão válidas as decisões tomadas com o voto favorável da maioria dos Diretores, tendo o Diretor Presidente voto qualificado.

**§ 2º.** No caso de impedimento ou vacância do cargo de Diretor Presidente, por qualquer motivo, caberá a um dos Diretores a substituição ou sucessão.

**Art. 25º** - Compete à Diretoria:

- I) Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as deliberações das Assembleias Gerais, provendo os casos omissos;
- II) Implementar a política de atuação da **Associação** aprovada em Assembleia;

A handwritten signature in blue ink, located at the bottom right of the page.

- III) Reunir-se em sessão, ordinariamente, uma vez por mês, bem como extraordinariamente sempre que o Presidente vier a convocar;
- IV) Aprovar convênios, contratos, empréstimos e acordos com outras instituições públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- V) apresentar à Assembleia Geral Ordinária o Relatório Anual da **Associação** e o Balanço Contábil, com prévio parecer do Conselho Fiscal;
- VI) examinar, aprovando ou rejeitando, as propostas de exclusão do quadro social.
- VII) realizar o processo de recrutamento e seleção de pessoal da **Associação**;

**Art. 26º - Compete ao Diretor Presidente:**

- I) representar a **Associação** de forma isolada, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, em face de órgãos públicos ou privados, inclusive instituições bancárias, podendo, para tanto, constituir procuradores com poderes e prazos determinados, à exceção da outorga de mandato judicial que não terá prazo determinado;
- II) convocar e presidir as reuniões da Diretoria, com voto de qualidade em suas resoluções;
- III) designar as datas das Assembleias Gerais Ordinárias e convocar as Assembleias Gerais Extraordinárias;
- IV) assinar os convênios, parcerias, contratos, empréstimos e acordos com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, para implantação de atividades compatíveis com os objetivos da **Associação**;
- V) gerir as contas bancárias e recursos da **Associação**, podendo representar a **Associação** e assinar todo e qualquer compromisso perante as instituições financeiras e quaisquer outros títulos que representem obrigações para a **Associação**;
- VI) expedir as ordens e tomar as medidas indispensáveis ao cumprimento das resoluções da Diretoria e das Assembleias Gerais da **Associação**;
- VII) autorizar o pagamento de despesas e das contas da **Associação**;
- VIII) assinar, com o Secretário, as atas de reuniões da Diretoria, bem como despachar o expediente e negócios da **Associação**;
- IX) deliberar sobre assuntos de interesse geral que exigirem pronta solução, dando conhecimento à Diretoria em sua primeira reunião.

**Art. 27º - Compete aos Diretores sem denominação:**

- I) substituir o Diretor Presidente em suas ausências;
- II) comparecer às reuniões da Diretoria, participando de todos os seus trabalhos e deliberações, usando de suas atribuições e conhecimentos para o fortalecimento da **Associação**.
- III) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas funções.

**§ 1º.** A ausência de qualquer participante da Diretoria em 3 reuniões consecutivas implicará em seu afastamento do cargo. Serão admitidas duas faltas justificadas.



**Art. 28º - Compete ao Secretário:**

- I) comparecer às reuniões da Diretoria, participando de todos os seus trabalhos e deliberações.
- II) lavrar e assinar com o Diretor Presidente, as atas das reuniões da Diretoria, ordens, representações e ofícios relativos aos negócios da **Associação**;
- III) auxiliar o Diretor Presidente no exercício de suas funções;
- IV) Gerir as atividades administrativas e atender o expediente em geral;
- V) Elaborar o relatório anual da Diretoria.

**CAPÍTULO IX**

**DO CONSELHO FISCAL**

**Art. 29º -** O Conselho Fiscal se comporá de 01 (um) a 03 (três) membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral para mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.

**Parágrafo único -** Os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados, sob forma alguma.

**Art. 30º - Compete ao Conselho Fiscal:**

- I) examinar, semestralmente, as contas, livros, registros e demais documentos da **Associação**, emitindo parecer que será anexado ao relatório da Diretoria;
- II) lavrar, no livro de atas e pareceres do conselho fiscal, o resultado dos exames referidos no inciso I deste artigo;
- III) dar parecer acerca de assuntos pertinentes às finanças, quando consultado pela Diretoria.

**CAPÍTULO X**

**DO ANO SOCIAL E DOS RESULTADOS**



**Art. 31º -** O ano social coincidirá com o ano civil.

**§ 1º.** A **Associação** manterá escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com a legislação brasileira técnico-contábil.

**§ 2º.** Os demonstrativos de prestação de contas anuais, relatórios contábeis e balancetes serão apresentados para aprovação da Diretoria até 31 de março de cada ano, com prévia análise e parecer do Conselho Fiscal.

**CAPÍTULO XI**

**DA EXTINÇÃO**



**Art. 32º** - A **Associação** extinguir-se-á nos casos legais ou por deliberação da Assembleia Geral, pelo voto de, pelo menos, dois terços dos associados, em pleno gozo de seus direitos sociais.

**§ 1º.** Decidida a extinção, a Assembleia Geral nomeará o liquidante que deverá atuar no período de liquidação.

**§ 2º.** Em caso de dissolução da **Associação**, o patrimônio será destinado a entidades congêneres, sem fins lucrativos, de acordo com deliberação da Assembleia Geral, respeitados os casos específicos previstos em convênios firmados ou na legislação vigente.

## **CAPÍTULO XII** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 33º** - O presente Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para a finalidade.

**Art. 34º** - Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas advindas da interpretação do presente estatuto social.

São Paulo, 25 DE MARÇO DE 2025.



*Julia Titz de Rezende*

Presidente: **JULIA TITZ DE REZENDE**  
CPF/ME nº 030.299.568-49  
RG nº 3.314.997-5 SSP/SP



*Christianne Vilela Carceles*

Visto do Advogado: **Christianne Vilela Carceles**  
CPF/ME nº 113.189.008-67  
OAB/SP 119.336

